



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

A ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE
E A PRÁTICA DO PROCESSO DE ESCRITURAÇÃO

LBP CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2022

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

A ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE
E A PRÁTICA DO PROCESSO DE ESCRITURAÇÃO

LBP CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA

MÓDULO CONTABILIDADE COMERCIAL

TEORIA DA CONTABILIDADE – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINE

CONTABILIDADE COMERCIAL – PROF. DANILO MORAIS
DOVAL

ESTUDANTES:

Claudinei Souza Santos, RA 1012018200190

Fabiane Oliveira da Silva, RA 1012021100099

Juliana Munhoz Zucherato, RA 1012018200426

Karla Gonçalves Martins Scala, RA 1012019100092

Soila Fernandes Teodoro de Lima, RA 1012019100349

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA	4
3. PROJETO INTEGRADO	5
3.1 TEORIA DA CONTABILIDADE	5
3.1.1 ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE	8
3.1.2 POSTULADOS, PRINCÍPIOS E CONVENÇÕES	10
3.2 CONTABILIDADE COMERCIAL	16
3.2.1 FATOS ADMINISTRATIVOS	16
3.2.2 SISTEMAS CONTÁBEIS	20
3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO O TEMPO	25
3.3.1 GERENCIANDO O TEMPO	25
3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	28
4. CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Integrado tem o intuito de analisar a Estrutura Conceitual da Contabilidade realizando ao mesmo tempo, uma análise sobre a prática do processo de escrituração dos fatos administrativos.

Num primeiro momento falaremos sobre a Teoria da Contabilidade, onde cita a idealização do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os produtos dele, os formatos de pronunciamentos técnicos, as atribuições de um profissional de contabilidade, as demonstrações contábeis, balanço patrimonial, demonstração do resultado, notas explicativas e estrutura conceitual para relatório financeiro.

Citaremos em segundo momento, a Estrutura Conceitual da Contabilidade elencando os princípios da entidade, da continuidade, da oportunidade, o registro pelo valor original, da atualização monetária, da competência e da prudência. Trataremos assuntos relacionados à ótica da compreensibilidade, da relevância, da materialidade e da confiabilidade.

Elencando os Postulados, Princípios e Convenções entenderemos que os dois primeiros estão numa mesma classe hierárquica, já as Convenções se trata de uma espécie de diretriz a ser considerada após a aplicação dos postulados e dos princípios.

Entrando no próximo tópico, traremos assuntos relacionados a Contabilidade Comercial e seus Fatos Administrativos, aquele que provoca modificação no Patrimônio da entidade – Ativo e/ou Passivo. Conheceremos alguns lançamentos em Sistemas Contábeis até o fechamento da DRE.

Para finalizar o projeto integrado, falaremos sobre o Gerenciamento do Tempo, algo estritamente necessário para o desenvolvimento das atividades executadas pelos contadores. Deixaremos também um link com acesso a um vídeo com dicas de como efetuar a gestão no tempo. Vamos ao projeto!

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A LBP CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA é uma empresa de pequeno porte no segmento de Clínicas e Laboratórios, inscrita no CNPJ nº 40.580.512/0001-99, com sede na Rua Assis Figueiredo nº 730, no centro de Poços de Caldas em Minas Gerais.

Foi fundada em 27/01/2021 e sua atividade econômica principal é a Atividade Odontológica, trata-se de uma empresa Matriz do tipo Sociedade Empresária Limitada, tem como escritório contábil o Escritório do Ataíde Contabilidade Eireli localizado no centro de Poços de Caldas/MG – telefone (35) 3722-2080.

O Capital Social da LBP é de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e seus sócios são: Paulo Cesar Freitas Martins – sócio administrador, Beatriz Pereira Freitas – sócia-administradora e Lilian Cristina Pereira de Oliveira – sócia-administradora.

3. PROJETO INTEGRADO

3.1 TEORIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade é regida por um Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foi idealizado em função das necessidades de:

- **convergência internacional** das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- **centralização** na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- **representação e processo democráticos** na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

Criado pela Resolução CFC nº [1.055/05](#), o CPC tem como objetivo "*o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais*".

Para tanto, pode-se destacar como produtos do CPC:

- Pronunciamentos Técnicos;
- Interpretações;
- Orientações; e
- Comunicados.

Os pronunciamentos Técnicos serão obrigatoriamente submetidos a audiências públicas, já as Orientações e Interpretações poderão, também, sofrer esse processo.

A Estrutura Conceitual da Contabilidade, descrita no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 00 Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, pode ser analisada sob os seguintes aspectos:

De início, importante ressaltar o objetivo da *Estrutura Conceitual Contábil* para o Relatório Financeiro das empresas. De acordo com a estrutura contábil prevista no CPC 00 – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o relatório financeiro para fins gerais forma a base desta Estrutura Conceitual e tem por objetivo “fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre: (a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida; (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.”

Investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, precisam de informações para ajudá-los a fazer essas avaliações, e tais informações são obtidas por meio dos relatórios financeiros contábeis que têm o condão de fazer um espelhamento contábil da empresa a fim de que pessoas interessadas em investir seu capital nas empresas possam visualizar um possível futuro financeiro para seus investimentos e retornos.

O Profissional da Contabilidade é uma pessoa que faz um curso de bacharel em Ciências Contábeis para aprender tudo sobre as questões econômicas, financeiras e patrimoniais de uma empresa. No dia a dia, lida com pagamento de impostos, taxas e contribuições, contas a pagar e a receber, folha de salários dos funcionários das empresas que atende, demonstrativos, análise de resultados e muitos, muitos, números.

Trata-se de uma profissão que exige muita dedicação, comprometimento, habilidade e, principalmente, responsabilidade, mas também, a profissão contábil se resume em atendimento ao cliente, afinal o Contador lida diretamente com emoções humanas, visto que se o proprietário de uma empresa está perdendo dinheiro, é claro que ele ficará frustrado.

Do mesmo modo, as demonstrações contábeis fornecem informações sobre recursos econômicos da entidade que reporta e têm por objetivo fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

Essas informações são fornecidas: (a) no balanço patrimonial, ao reconhecer ativos, passivos e patrimônio líquido; (b) na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente, ao reconhecer receitas e despesas; e (c) em outras demonstrações e notas explicativas, ao apresentar e divulgar informações sobre: (c.1) ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas reconhecidos, incluindo informações sobre sua natureza e sobre os riscos resultantes desses ativos e passivos reconhecidos; (c.2) ativos e passivos que não foram reconhecidos, incluindo informações sobre sua natureza e sobre os riscos resultantes deles; c.3) fluxos de caixa; (c.4) contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio e distribuições a eles; e (c.5) os métodos, premissas e julgamentos utilizados na estimativa dos valores apresentados ou divulgados, e mudanças nesses métodos, premissas e julgamentos.

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, disposta pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ainda traz a definição de alguns conceitos contábeis, tais como: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas.

Sendo *Ativo*, “um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados”; *Passivo* definido como: “uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados”; *Patrimônio Líquido* é “a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos”; e, por fim, *Receitas* “são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio” e *Despesas* “são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio”.

Importante frisar, que a Estrutura Conceitual da Contabilidade tem como premissa auxiliar os profissionais contadores e as empresas contabilizadas com o fim de uniformizar conceitos e estruturas de relatórios econômicos e financeiros, garantindo um maior panorama econômico da empresa e investimentos de pessoas interessadas em injetar recursos nas empresas ou negociar seu capital social.

3.1.1 ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE

Após análise feita no tópico anterior acerca da Estrutura Conceitual da Contabilidade, segundo o CPC 00, dar-se-á prosseguimento com relação à análise dos princípios contábeis sob a ótica da compreensibilidade, relevância, materialidade e confiabilidade, que são características qualitativas de informações financeiras contábeis úteis para análise nos relatórios contábeis das empresas, exemplificando em seguida com situações que podem ser observadas no dia a dia dessas empresas.

De acordo com a Resolução do CFC nº 750/93, em seu art. 3º: “São Princípios de Contabilidade: I) o da entidade; II) o da continuidade; III) o da oportunidade; IV) o do registro pelo valor original; V) o da atualização monetária; VI) o da competência; e VII) o da prudência”.

Sob a ótica da *compreensibilidade*, pode-se afirmar que classificar, caracterizar e apresentar informações contábeis de modo claro e conciso as torna compreensíveis. Alguns fenômenos são inerentemente complexos e pode não ser possível tornar a sua compreensão fácil. Excluir informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios; contudo, seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

Relatórios financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável das atividades comerciais e econômicas da empresa e que revisam e analisam as informações de modo diligente. Algumas vezes, mesmo usuários bem informados e diligentes podem precisar buscar o auxílio de consultor financeiro para compreender informações sobre fenômenos econômicos complexos.

Assim, a questão central que permeia a compreensibilidade é verificar se os códigos linguísticos atualmente utilizados pela Contabilidade são bem compreendidos pelos usuários, tendo em vista ser esta uma condição básica para que haja um bom aproveitamento das informações no processo decisório.

A exemplo disso, pode ser citado uma amostra representativa de outros agentes interessados na informação contábil, tais como fornecedores, clientes, pequenos investidores, empregados etc que, da mesma forma, utilizam-se dessa leitura de demonstrações contábeis para fins de entender qual é o melhor custo de um fornecedor; qual é o valor dos passivos a receber de clientes em débitos; qual o faturamento da empresa capaz de atrair recursos de investidores etc.

Sob a ótica da *relevância*, tem-se que informações financeiras relevantes são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários que optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento das informações a partir de outras fontes, na tentativa de prever resultados futuros.

A exemplo da relevância, pode-se citar a profissão de “controller” que tem como função planejar, organizar e desenvolver planos econômico-financeiros e analisar informações contábeis e indicadores de performance para acompanhar projeções de faturamento, reduzir perdas e aumentar o lucro das empresas.

Por exemplo, informações sobre receitas para o ano corrente, que podem ser utilizadas como base para prever receitas em anos futuros, também podem ser comparadas a previsões de receitas para o ano corrente que tenham sido feitas em anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem ajudar o usuário a corrigir e a melhorar os processos que foram utilizados para fazer essas previsões anteriores.

Sob a ótica da *materialidade*, a informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios.

A materialidade é o cerne de uma Auditoria financeira, nela o auditor se guia do planejamento à conclusão. O auditor, ao delimitar o escopo de seu trabalho, determina a

natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria, obtém evidências adequadas e suficientes, avalia as distorções identificadas e emite sua opinião em seu relatório final.

Sob a ótica da *confiabilidade*, a representação neutra não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras sejam recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários.

Informações neutras não significam informações sem nenhum propósito ou sem nenhuma influência sobre o comportamento. Ao contrário, a neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência ou cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados.

Da mesma forma, o exercício de prudência conduz à confiabilidade dos relatórios financeiros, de modo a não permitir a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas.

Um exemplo corriqueiro de confiabilidade nos relatórios contábeis é a aceitação pelo Poder Público de balanços e balancetes gerados pelas empresas e firmados por profissional em ciências contábeis para fins de apuração de imposto “causa mortis”, como o ITCMD – imposto sobre transmissão causa mortis e doação, no Estado de São Paulo.

3.1.2 POSTULADOS, PRINCÍPIOS E CONVENÇÕES

A Contabilidade foi criada para que fosse suprida a necessidade de informações, principalmente econômicas e financeiras, dos usuários envolvidos na tomada de decisão, sendo estas informações disponibilizadas por intermédio das demonstrações e análises contábeis que deverão ser acessíveis e esclarecedoras a quaisquer usuários, seja ele interno ou externo.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade os postulados e os princípios estão em uma mesma classe hierárquica, contudo para autores como Iudícibus (1989, p. 47) existe uma hierarquia que deve ser observada, não em matéria de importância, mas para caracterizar a abrangência e a evolução de cada um deles.

Nesse contexto, pode-se dizer que um **Postulado** está isento de verificação, ou seja, por si só é considerado como um fato verídico podendo ser visto facilmente na sociedade, portanto, não é questionável.

Assim, os postulados funcionam como premissas que norteiam e servem de base para outros princípios, convenções e normas contábeis.

Os postulados direcionam a aplicação dos princípios e das normas para que os objetivos da Contabilidade estejam sempre presentes na gestão do patrimônio da entidade.

O primeiro postulado, reconhecidamente mais importante, é o *postulado da entidade contábil* que se refere à autonomia do patrimônio da entidade em relação aos sócios, conforme relatado pelo Conselho Federal de Contabilidade:

Art. 4. O princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso da sociedade ou instituição.

Parágrafo único: O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônio autônomo não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. (RESOLUÇÃO CFC N° 750, 1993, p.3).

Quando se fala que o patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios o enfoque é dado quanto à separação dos registros contábeis de ambos, uma vez que, esta distinção é fundamental para o cumprimento dos objetivos contábeis já expostos, pois qualquer relação entre eles pode ocasionar um viés na tomada de decisão, já que, a contabilidade não estará demonstrando fielmente as mutações do patrimônio desta entidade.

A não existência deste postulado torna todos os outros princípios ineficazes, pois a falta da autonomia deste patrimônio faz com que as informações contábeis sejam imprecisas e, assim, a estrutura montada através dos princípios para a consecução dos objetivos contábeis se torna inviável.

Outro postulado importante é o da *continuidade* e enfoca a obrigação que a contabilidade tem de avaliar e classificar o patrimônio e as variações desse patrimônio de acordo com a longevidade da entidade, ou seja, deve-se considerar o tempo de vida que a entidade terá.

Segundo as próprias regras do mercado, a entidade é criada para atuar por tempo indeterminado, salvo, indícios fortes de descontinuidade e de acordo com esta concepção é que virão outros princípios contábeis.

Hendricksen (1999, p. 104) trata este princípio tratando-o como empresa em funcionamento e conceitua-o como um postulado “pressupõe que a entidade contábil continuará funcionando por tempo suficiente para cumprir seus compromissos existentes”.

Como exemplos práticos que possam ilustrar a aplicabilidade de cada um dos postulados acima referidos, no dia-a-dia das empresas, cita-se a penhora dos bens trabalhistas primeiro da empresa e somente depois de esgotados os bens da empresa é que se torna possível a penhora dos bens particulares dos sócios.

Por seu turno, o postulado da continuidade pode ser destacado dos contratos sociais para constituição das empresas, de onde se verifica o prazo para funcionamento de determinada empresa: se será por prazo determinado ou prazo indeterminado.

Os **Princípios**, por sua vez, são o núcleo central da doutrina contábil, são seus pilares. Como consequência do postulado da continuidade temos o *princípio do custo original* como base de valor onde os ativos da entidade são registrados pelo custo que a entidade teve ao adquiri-los ou fabricá-los e quaisquer outros gastos necessários para as contraprestações em prol da entidade.

Esse princípio está fortemente relacionado ao da continuidade em virtude de serem os registros do ativo feitos de forma conservadora por não serem os ativos da entidade adquiridos para a venda e sim servirem de instrumento para a finalidade da entidade.

Portanto, os componentes do patrimônio são contabilizados de acordo com a negociação feita entre entidade e o mundo exterior, o resultado desta negociação deverá ser registrado em moeda corrente do País e, após integrado ao patrimônio, não deverá sofrer alteração dos valores intrínsecos.

Outro princípio que segue o princípio do registro pelo valor original é o da *atualização monetária* que, conforme o Conselho Federal de Contabilidade, deve reconhecer os efeitos das alterações econômicas da moeda nacional.

Este reconhecimento visa somente a manutenção dos componentes patrimoniais de acordo com a situação atual do País, não cabendo confundir com qualquer reavaliação patrimonial.

Para que as informações atendam à sua finalidade é necessário que tenham, além de outras características, a *tempestividade*, isto porque, não faria o menor sentido prestar uma informação que fosse relevante se tivesse sido apresentada em outra época, portanto, qualquer variação no patrimônio deve ser contemplada e apresentada, por meio dos registros, de forma tempestiva, assim, nasce o *princípio da oportunidade* que exige o registro das variações do patrimônio no momento em que eles ocorrem.

Este registro está revestido de outras características como a *precisão, integralidade e objetividade*, visando à apresentação fiel do acontecimento.

Quando se fala em tempestividade da informação, há de se acrescentar o *princípio da competência*, pois este relata também a tempestividade das informações, uma vez que, as receitas e as despesas devem ser registradas no resultado do período que ocorrerem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Como exemplos práticos que possam ilustrar a aplicabilidade de cada um dos princípios acima identificados, no dia-a-dia das empresas, cita-se o livro caixa de entrada e saída, ou seja, nele deve ser inserido o momento de entrada e saída da mercadoria, seu valor monetário na época da entrada e saída, tudo em perfeita obediência aos princípios referendados alhures.

Por fim, em complemento aos postulados e princípios contábeis seguem as **Convenções** contábeis que “delimitam ou qualificam melhor o tipo de comportamento necessário do contador em face dos amplos graus de liberdade que os postulados e princípios lhe permitem abarcar”. (IUDÍCIBUS, 1989, p. 70).

As convenções, ou restrições, são uma espécie de diretriz a ser considerada após a aplicação dos postulados e dos princípios, assim, é possível compará-las a um manual de instruções que deve ser seguido para atingir o objetivo.

Novamente volta-se à questão da confiabilidade que as informações contábeis devem possuir, e para isso é necessário que a contabilidade obedeça aos postulados e princípios. Em seguida, deve-se aplicar as convenções que tentarão trazer a imparcialidade para os resultados já colhidos, obedecendo-se os critérios de objetividade, materialidade, conservadorismo e consistência.

A *objetividade* se refere ao procedimento a ser seguido, ou seja, deverá haver o procedimento de mensuração mais adequado para o caso, assim, quando houver informações igualmente relevantes, o caminho a ser seguido é o da objetividade que atingirá sua eficácia quanto mais imparcialidade houver na decisão.

Como exemplo, cite-se o caso dos critérios de avaliação de estoques, PEPS, UEPS e média ponderada. Provavelmente, dependendo do ambiente econômico do país em determinada época, os resultados da mensuração dos estoques pelos três critérios

apresentados poderão, isoladamente, culminar em resultados diferentes para um mesmo conjunto de operações de entradas e saídas de mercadorias ou produtos.

A *materialidade*, segundo Hendricksen (1999, p. 103) “pode ser encarada como uma restrição determinada pela incapacidade por parte dos usuários específicos de lidar com grande volume de dados detalhados”.

Assim, a materialidade reflete a importância da informação útil aos usuários e, em virtude do grande número de informações gerado pela contabilidade, é necessário que haja a avaliação dessas informações de maneira que atendam aos usuários considerando ainda o custo-benefício.

Na prática, a constatação da materialidade, ou não, verifica-se por exemplo no fato de se dar tratamento menos rigoroso a certos elementos considerados irrelevantes, como no caso de um material aplicado à fabricação de determinado produto, que constitua valor ínfimo frente aos demais fatores de produção de mesma natureza.

O *conservadorismo*, também mencionado como prudência, adota o menor valor para os componentes do ativo e o maior valor para os componentes do passivo, isso para que as avaliações feitas na entidade apresentem sempre o menor valor de patrimônio líquido, dentre os procedimentos aceitos pelos princípios fundamentais da contabilidade.

Essa forma mais conservadora tenta preservar a própria entidade, buscando assim uma integração com o postulado da continuidade e até mesmo com os princípios do custo original como base de valor e a competência. Assim, a entidade deve demonstrar o painel mais pessimista, dentro da materialidade, para que a entidade fique mais resguardada das variações do ambiente externo.

A última convenção a ser tratada é a da *consistência* diz que, uma vez adotado um certo critério contábil, dentre outros igualmente válidos, este deverá ser mantido como base à escrituração até que condições específicas, em função de fatores internos e externos à entidade, em qualquer campo que a influencie, justifiquem a mudança de procedimento.

Por exemplo, as alterações nas legislações fiscais podem fazer com que uma empresa passe a ser submetida a um tipo de tributação diferente da praticada anteriormente, trazendo com isso o ônus de uma carga tributária superior àquela antes existente.

3.2 CONTABILIDADE COMERCIAL

3.2.1 FATOS ADMINISTRATIVOS

Fato administrativo é aquele que provoca modificação no Patrimônio da entidade, sendo, por isso, objeto de contabilização através de conta patrimonial ou conta de resultado, podendo ou não alterar o Patrimônio.

Esses fenômenos podem ser no grupo Ativo, no grupo Passivo ou entre o Ativo e o Passivo.

Veja a representação como exemplo:

ATIVO		PASSIVO	
CAIXA	R\$ 5.000,00	FORNECEDORES	R\$ 20.000,00
CLIENTES	R\$ 20.000,00	SALÁRIOS A PAGAR	R\$ 10.000,00
BANCOS	R\$ 10.000,00	IMPOSTOS A PAGAR	R\$ 3.000,00
MERCADORIAS	R\$ 30.000,00	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	R\$ 10.000,00
IMÓVEIS	R\$ 20.000,00	CONTAS A PAGAR	R\$ 15.000,00
MÓVEIS	R\$ 15.000,00	CAPITAL SOCIAL	R\$ 42.000,00
TOTAL DE ATIVOS	R\$ 100.000,00	TOTAL PASSIVO	R\$ 100.000,00

Fato contábil no mesmo grupo:

A empresa fez compras de mercadorias, à vista, no valor de R\$ 2.500,00.

O lançamento contábil ficará da seguinte maneira:

MERCADORIA

DÉBITO	CRÉDITO
30.000,00	
(+) 2.500,00	
32.500,00 (saldo final)	

CAIXA

CRÉDITO	DÉBITO
(-)2.500,00	5.000,00
	2.500,00 (saldo final)

O patrimônio aumenta pelas mercadorias que entram para estoque, e diminui pela importância que sai do caixa para pagamento das mercadorias.

O fato de envolver Mercadorias e Caixa, que são elementos de ativo, registra-se uma troca de valores entre elementos do mesmo grupo.

A apresentação do patrimônio ficará da seguinte maneira:

ATIVO		PASSIVO	
CAIXA	R\$ 2.500,00	FORNECEDORES	R\$ 20.000,00
CLIENTES	R\$ 20.000,00	SALÁRIOS A PAGAR	R\$ 10.000,00
BANCOS	R\$ 10.000,00	IMPOSTOS A PAGAR	R\$ 3.000,00
MERCADORIAS	R\$ 32.500,00	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	R\$ 10.000,00
IMÓVEIS	R\$ 20.000,00	CONTAS A PAGAR	R\$ 15.000,00
MÓVEIS	R\$ 15.000,00	CAPITAL SOCIAL	R\$ 42.000,00
TOTAL DE ATIVOS	R\$ 100.000,00	TOTAL PASSIVO	R\$ 100.000,00

Fato contábeis entre os grupos:

A empresa fez um pagamento no valor de R\$ 1.500,00.

O lançamento ficará da seguinte maneira:

CAIXA

DÉBITO	CRÉDITO
2.500,00	(-) 1.500,00
1.000,00 (saldo final)	

FORNECEDORES

DÉBITO	CRÉDITO
	20.000,00
(+) 1.500,00	18.500,00 (saldo final)

O patrimônio aumenta pela liquidação da obrigação representada pela duplicata, e diminui pela saída de dinheiro do Caixa.

O fato envolveu Fornecedores e Caixa, sendo que Fornecedores é uma representatividade de obrigação, pertencendo ao grupo PASSIVO. E Caixa é uma representatividade de bens, pertencente ao grupo ATIVO.

A apresentação do patrimônio ficará da seguinte maneira:

ATIVO		PASSIVO	
CAIXA	R\$ 1.000,00	FORNECEDORES	R\$ 18.500,00
CLIENTES	R\$ 20.000,00	SALÁRIOS A PAGAR	R\$ 10.000,00
BANCOS	R\$ 10.000,00	IMPOSTOS A PAGAR	R\$ 3.000,00
MERCADORIAS	R\$ 32.500,00	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	R\$ 10.000,00
IMÓVEIS	R\$ 20.000,00	CONTAS A PAGAR	R\$ 15.000,00
MÓVEIS	R\$ 15.000,00	CAPITAL SOCIAL	R\$ 42.000,00
TOTAL DE ATIVOS	R\$ 98.500,00	TOTAL PASSIVO	R\$ 98.500,00

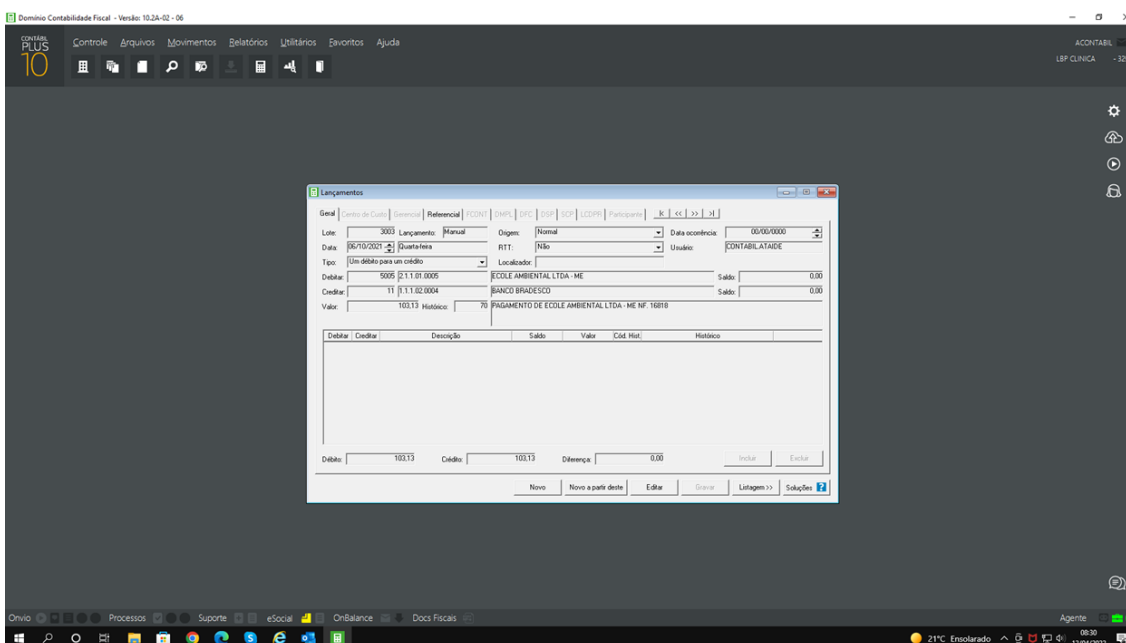
3.2.2 SISTEMAS CONTÁBEIS

O sistema utilizado para os lançamentos contábeis da LBP Clínica Odontologica Ltda, se chama Domínio Contábil. O processo até o encerramento contábil é o seguinte: após a chegada da nota, a contabilidade efetua os lançamentos, verifica os recibos de pagamentos, efetua a baixa no sistema e concilia para a apuração da DRE.

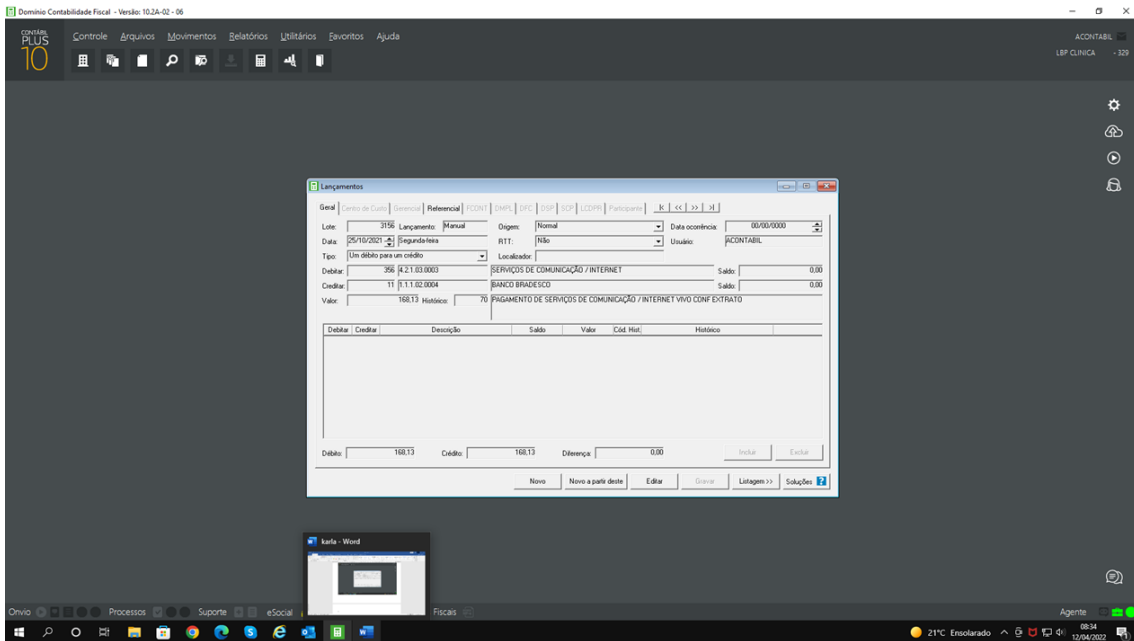
Qualquer fato que provoque mudança no patrimônio deve ser registrado contabilmente. Deve ser feito em ordem cronológica e obedecer técnicas contábeis conforme legislação contábil. Os lançamentos são efetuados tanto nas contas patrimoniais, como nas pertencentes ao ativo, passivo e patrimônio líquido, como nas de resultado, que são receitas e despesas.

As informações mínimas que o lançamento contábil deve conter são: o local, a data, a conta devedora, a conta credora, o valor de registro e o histórico da operação.

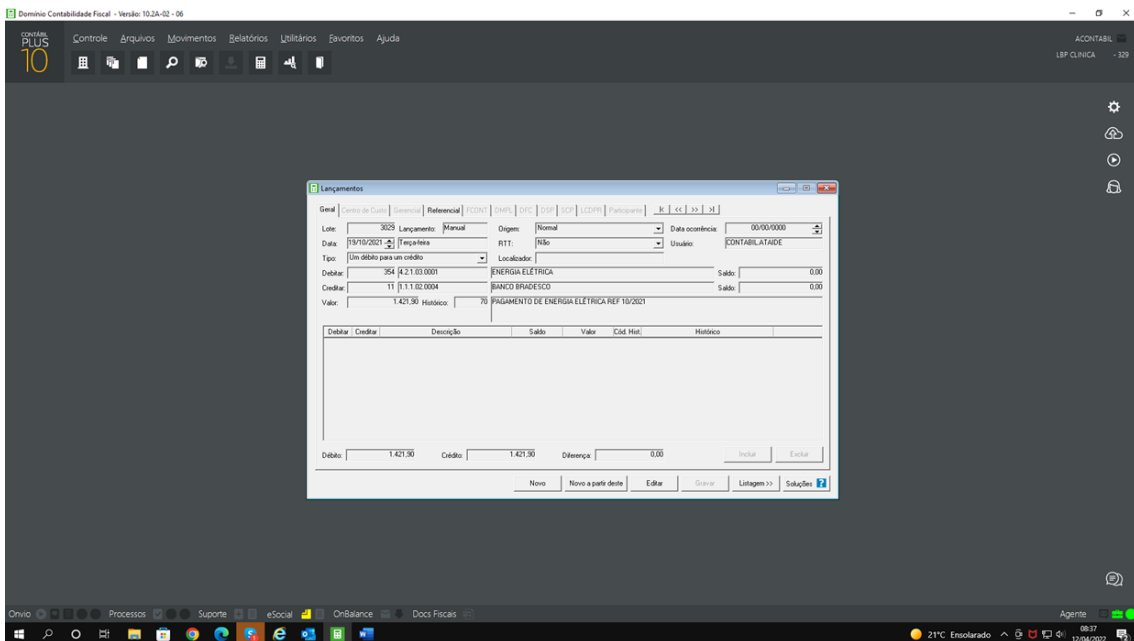
Seguem exemplos de lançamentos contábeis, conforme descrito acima:



Lançamento de baixa de boleto fornecedor.



Lançamento de conta de telefone.



Lançamento de conta de energia.

Após todos os lançamentos mensais, de gastos, ganhos, pagamentos e recebimento, então é apurado o balancete e o DRE.

BALANCETE						
Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	1	ATIVO	0,00	2.201.960,73	1.733.608,08	468.352,65D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	0,00	2.129.830,23	1.731.579,41	398.250,82D
3	1.1.1	DISPONIBILIDADES	0,00	1.847.112,40	1.448.861,58	398.250,82D
4	1.1.1.01	CAIXA	0,00	758.746,30	381.299,15	377.447,15D
5	1.1.1.01.0001	CAIXA GERAL	0,00	758.746,30	381.299,15	377.447,15D
7	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	787.095,57	787.094,57	1,00D
11	1.1.1.02.0004	BANCO BRADESCO	0,00	787.095,57	787.094,57	1,00D
10	1.1.1.03	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	301.270,53	280.467,86	20.802,67D
49	1.1.1.03.0002	APLICAÇÕES BANCO BRADESCO	0,00	301.270,53	280.467,86	20.802,67D
12	1.1.2	CLIENTES	0,00	249.317,02	249.317,02	0,00
13	1.1.2.01	DUPLICATAS A RECEBER	0,00	249.317,02	249.317,02	0,00
504	1.1.2.01.0001	CLIENTES DIVERSOS	0,00	249.317,02	249.317,02	0,00
18	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	0,00	33.400,81	33.400,81	0,00
22	1.1.3.04	ADIANTAMENTOS A DIRIGENTES	0,00	4.416,00	4.416,00	0,00
656	1.1.3.04.0002	ADIANTAMENTOS DE PRÓ-LABORE	0,00	4.416,00	4.416,00	0,00
23	1.1.3.05	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00	27.884,12	27.884,12	0,00
645	1.1.3.05.0001	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00	27.884,12	27.884,12	0,00
24	1.1.3.06	ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	0,00	400,00	400,00	0,00
25	1.1.3.06.0001	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	0,00	400,00	400,00	0,00
28	1.1.3.08	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,00	700,69	700,69	0,00
38	1.1.3.08.0010	INSS A COMPENSAR	0,00	700,69	700,69	0,00
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	72.130,50	2.028,67	70.101,83D
111	1.2.3	IMOBILIZADO	0,00	72.130,50	2.028,67	70.101,83D
116	1.2.3.02	IMOBILIZADOS	0,00	72.130,50	0,00	72.130,50D
119	1.2.3.02.0001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	51.125,04	0,00	51.125,04D
134	1.2.3.02.0007	INSTALAÇÕES	0,00	21.005,46	0,00	21.005,46D
125	1.2.3.07	(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	0,00	0,00	2.028,67	2.028,67C
128	1.2.3.07.0003	(-) DEPRECIACÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	0,00	0,00	724,27	724,27C
131	1.2.3.07.0006	(-) DEPRECIACÃO DE INSTALAÇÕES	0,00	0,00	1.304,40	1.304,40C
149	2	PASSIVO	0,00	642.353,69	1.514.195,53	871.841,84C
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	642.353,69	814.195,53	171.841,84C
164	2.1.1	FORNECEDORES	0,00	108.693,19	132.899,27	24.206,08C
165	2.1.1.01	FORNECEDORES	0,00	108.693,19	132.899,27	24.206,08C
5026	2.1.1.01.0026	AR MINEIRA CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	0,00	189,00	189,00	0,00
5004	2.1.1.01.0004	AUTO OMNIBUS CIRCULARE POÇOS DE CALDAS LTDA	0,00	1.305,50	1.305,50	0,00
5023	2.1.1.01.0023	BENEDITO EDUARDO CASAROTTO E CIA LTDA	0,00	1.366,50	2.163,56	797,06C
5659	2.1.1.01.0159	CARDZ MEIOS DE PAGAMENTO E SERVICOS LTDA.	0,00	0,00	330,84	330,84C
5657	2.1.1.01.0154	CARNEIRO CASA & CONSTRUCAO LTDA	0,00	87,95	87,95	0,00
5018	2.1.1.01.0018	CASA SAO JULIAO COMERCIO DE TINTAS LTDA.	0,00	713,00	713,00	0,00
5006	2.1.1.01.0006	CLUBE DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA	0,00	1.799,40	2.179,40	380,00C
5041	2.1.1.01.0039	COMERCIAL CUSTODIO & BRESSANE LTDA	0,00	41,70	41,70	0,00
5031	2.1.1.01.0031	COUTINHO DE REZENDE & FERREIRA LTDA	0,00	70,80	70,80	0,00
5014	2.1.1.01.0014	DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A.	0,00	8.601,02	22.477,77	13.876,75C
5654	2.1.1.01.0151	DSO DENTAL SERVICE OFFICE FRANQUIAS	0,00	31.373,23	31.373,23	0,00
5655	2.1.1.01.0152	DSO MARKETING E PUBLICIDADE LTDA	0,00	16.635,49	16.635,49	0,00
5005	2.1.1.01.0005	ECOLE AMBIENTAL LTDA - ME	0,00	531,29	623,50	92,21C
5030	2.1.1.01.0030	ENCASA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS DE LIMPEZ	0,00	2.055,95	2.055,95	0,00
5003	2.1.1.01.0003	FAE TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA - ME	0,00	750,00	750,00	0,00
5020	2.1.1.01.0020	G.ANDRADE E CIA LTDA	0,00	1.029,19	1.220,59	191,40C
5044	2.1.1.01.0042	L.C.B. - ATIVIDADES MEDICAS EIRELI	0,00	195,00	195,00	0,00
5658	2.1.1.01.0155	LABORATORIO DE PROTESE ORTODONTICA FRANCISCO CA	0,00	883,00	883,00	0,00
5029	2.1.1.01.0029	LARSHOP LTDA - EPP	0,00	1.860,27	1.860,27	0,00
5033	2.1.1.01.0033	LUIPTT DISTRIBUIDORA EIRELI	0,00	1.019,00	1.019,00	0,00
5042	2.1.1.01.0040	MAGAZINE 155 COMERCIO VIRTUAL LTDA.-ME	0,00	452,03	452,03	0,00
5039	2.1.1.01.0038	MARTINS E DAMAS LTDA	0,00	400,00	400,00	0,00
5047	2.1.1.01.0045	MILANO & SILVA PROTESE DENTARIA LTDA.	0,00	150,00	150,00	0,00
5086	2.1.1.01.0048	NOVA SERTANEJA LTDA ME	0,00	130,00	130,00	0,00
5011	2.1.1.01.0011	PADARIA HOT PAO LTDA - ME	0,00	70,70	70,70	0,00
5656	2.1.1.01.0153	RADIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA E	0,00	5.600,00	5.600,00	0,00
5043	2.1.1.01.0041	RBG SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA	0,00	3.986,60	3.986,60	0,00
5051	2.1.1.01.0157	RONILDA APARECIDA DA SILVA 77665244653	0,00	800,00	800,00	0,00
5024	2.1.1.01.0024	SIN - SISTEMA DE IMPLANTE NACIONAL BH	0,00	3.661,00	6.829,00	3.168,00C
5027	2.1.1.01.0027	SIN - SISTEMA DE IMPLANTE NACIONAL SP	0,00	6.594,73	10.464,55	3.869,82C
5045	2.1.1.01.0043	START VEICULACAO DE MIDIA EXTERIOR LTDA	0,00	9.300,00	10.800,00	1.500,00C
5022	2.1.1.01.0022	SURYA DENTAL COM.PROD.ODONT.E FARM. LTDA	0,00	2.484,64	2.484,64	0,00
5034	2.1.1.01.0034	TEX WORK UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA I	0,00	901,00	901,00	0,00
5013	2.1.1.01.0013	VENANCIO E CIA LTDA - EPP	0,00	800,20	800,20	0,00
5048	2.1.1.01.0046	WALTER AUGUSTO BORACINI DOS SANTOS 36367839801 -	0,00	1.950,00	1.950,00	0,00
5046	2.1.1.01.0044	ZANDOMENIGHI & CIA LTDA ME	0,00	905,00	905,00	0,00

185	2.1.3	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	0,00	73.160,93	82.575,27	9.414,34C
186	2.1.3.01	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00	53.217,38	59.321,46	6.104,08C
187	2.1.3.01.0001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	0,00	38.669,47	42.990,21	4.320,74C
188	2.1.3.01.0002	PRÓ-LABORE A PAGAR	0,00	5.500,00	5.500,00	0,00
Sistema licenciado para ESCRITÓRIO DO ATAÍDE CONTABILIDADE EIRELI						
190	2.1.3.02	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	0,00	19.943,55	23.253,81	3.310,26C
191	2.1.3.02.0001	INSS A RECOLHER	0,00	16.303,01	19.043,36	2.740,35C
192	2.1.3.02.0002	FGTS A RECOLHER	0,00	3.191,28	3.645,87	454,59C
494	2.1.3.02.0005	FGTS MULTA RESCISÓRIA A RECOLHER	0,00	449,26	564,58	115,32C
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	33.451,93	38.609,09	5.157,16C
170	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	0,00	33.451,93	38.609,09	5.157,16C
173	2.1.4.01.0003	ISS A RECOLHER	0,00	9.736,02	12.465,88	2.729,86C
174	2.1.4.01.0004	IRRF S/ ALUGUEL A RECOLHER	0,00	1.306,80	1.742,40	435,60C
176	2.1.4.01.0006	IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER	0,00	9.347,99	9.347,99	0,00
177	2.1.4.01.0007	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER	0,00	5.608,80	5.608,80	0,00
178	2.1.4.01.0008	IRRF A RECOLHER	0,00	19,15	19,15	0,00
179	2.1.4.01.0009	PIS A RECOLHER	0,00	1.265,88	1.620,57	354,69C
180	2.1.4.01.0010	COFINS A RECOLHER	0,00	5.842,50	7.479,51	1.637,01C
520	2.1.4.01.0035	ICMS DIF. ALIQUOTA A RECOLHER	0,00	324,79	324,79	0,00
200	2.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	316.717,02	449.781,28	133.064,26C
201	2.1.6.01	ADIANTAMENTOS A CLIENTES	0,00	249.317,02	370.868,78	121.551,76C
203	2.1.6.01.0001	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00	249.317,02	370.868,78	121.551,76C
202	2.1.6.02	CONTAS A PAGAR	0,00	67.400,00	78.912,50	11.512,50C
510	2.1.6.02.0001	HONORÁRIOS CONTÁBEIS A PAGAR	0,00	7.400,00	8.912,50	1.512,50C
850	2.1.6.02.0007	ALUGUEIS A PAGAR	0,00	60.000,00	70.000,00	10.000,00C
382	2.1.8	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	110.330,62	110.330,62	0,00
151	2.1.8.01	EMPRÉSTIMOS	0,00	110.330,62	110.330,62	0,00
153	2.1.8.01.0002	EMPRÉSTIMO CONTA GARANTIDA - BANCO BRADESCO	0,00	13.830,62	13.830,62	0,00
723	2.1.8.01.0005	EMPRÉSTIMO DE TERCEIROS	0,00	96.500,00	96.500,00	0,00
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00C
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00C
244	2.3.1.01	CAPITAL SUBSCRITO	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00C
248	2.3.1.01.0002	CAPITAL SOCIAL - BEATRIZ PEREIRA FREITAS	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00C
249	2.3.1.01.0003	CAPITAL SOCIAL - PAULO CESAR FREITAS MARTINS	0,00	0,00	665.000,00	665.000,00C
402	3	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	21.565,96	249.790,57	228.224,61C
403	3.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	21.565,96	249.790,57	228.224,61C
404	3.1.1	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	249.317,02	249.317,02C
410	3.1.1.02	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	249.317,02	249.317,02C
411	3.1.1.02.0001	SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00	249.317,02	249.317,02C
413	3.1.2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	21.565,96	0,00	21.565,96D
424	3.1.2.03	(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	21.565,96	0,00	21.565,96D
427	3.1.2.03.0003	(-) ISS	0,00	12.465,88	0,00	12.465,88D
428	3.1.2.03.0004	(-) COFINS	0,00	7.479,51	0,00	7.479,51D
429	3.1.2.03.0005	(-) PIS	0,00	1.620,57	0,00	1.620,57D
430	3.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	6,24	6,24C
431	3.1.3.01	JUROS E DESCONTOS	0,00	0,00	6,24	6,24C
432	3.1.3.01.0001	JUROS DE APLICAÇÕES	0,00	0,00	6,24	6,24C
442	3.1.5	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	467,31	467,31C
443	3.1.5.01	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	467,31	467,31C
448	3.1.5.01.0002	BONIFICAÇÕES	0,00	0,00	467,31	467,31C
269	4	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	623.202,82	6.445,81	616.757,01D
500	4.1	CUSTOS	0,00	71.913,37	0,00	71.913,37D
283	4.1.2	CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	71.913,37	0,00	71.913,37D
709	4.1.2.02	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	71.913,37	0,00	71.913,37D
809	4.1.2.02.0001	MATERIAL APLICADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	71.913,37	0,00	71.913,37D
295	4.2	DESPESAS	0,00	551.289,45	6.445,81	544.843,64D
329	4.2.1	DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	0,00	551.289,45	6.445,81	544.843,64D
330	4.2.1.01	DESPESAS COM PESSOAL	0,00	85.367,69	5.837,19	79.530,50D
331	4.2.1.01.0001	SALÁRIOS E ORDENADOS	0,00	42.289,52	1.200,91	41.088,61D
332	4.2.1.01.0002	PRÓ-LABORE	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00D
336	4.2.1.01.0006	INSS	0,00	14.709,20	0,00	14.709,20D
337	4.2.1.01.0007	FGTS	0,00	4.210,45	0,00	4.210,45D
338	4.2.1.01.0008	INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	0,00	10.831,25	3.810,71	7.020,54D
671	4.2.1.01.0010	DESPESAS COM UNIFORMES	0,00	901,00	0,00	901,00D
492	4.2.1.01.0011	VALE TRANSPORTE	0,00	3.132,75	825,57	2.307,18D
531	4.2.1.01.0020	PREMIOS, COMISSÕES, GRATIFICAÇÕES	0,00	3.793,52	0,00	3.793,52D
353	4.2.1.03	DESPESAS GERAIS	0,00	463.577,55	503,72	463.073,83D
354	4.2.1.03.0001	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	5.421,01	0,00	5.421,01D
355	4.2.1.03.0002	ÁGUA E ESGOTO	0,00	1.700,16	0,00	1.700,16D
356	4.2.1.03.0003	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO / INTERNET	0,00	864,83	0,00	864,83D
357	4.2.1.03.0004	DESPESAS COM CORREIOS	0,00	133,75	0,00	133,75D
358	4.2.1.03.0005	SEGUROS	0,00	1.203,85	0,00	1.203,85D
359	4.2.1.03.0006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA	0,00	1.146,89	0,00	1.146,89D
361	4.2.1.03.0008	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	0,00	8.912,50	0,00	8.912,50D
362	4.2.1.03.0009	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - PJ	0,00	40.517,97	0,00	40.517,97D

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
363	4.2.1.03.0010	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - PF	0,00	104.342,53	452,92	103.889,61D
364	4.2.1.03.0011	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00	2.028,67	0,00	2.028,67D
342	4.2.1.03.0013	DESPESAS COM CARTÓRIO	0,00	68,55	0,00	68,55D
343	4.2.1.03.0015	ASSESSORIA E CONSULTORIA	0,00	3.900,00	0,00	3.900,00D
684	4.2.1.03.0017	FRETES E CARRETOS	0,00	844,70	0,00	844,70D
685	4.2.1.03.0019	MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	131.277,53	0,00	131.277,53D
695	4.2.1.03.0020	IMOBILIZADO DE PEQUENO VALOR	0,00	3.930,89	0,00	3.930,89D
344	4.2.1.03.0022	CAFÉS, LANCHES E REFEIÇÕES	0,00	411,45	0,00	411,45D
812	4.2.1.03.0023	ALUGUEL DE IMÓVEIS	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00D
368	4.2.1.03.0024	ROYALTIES	0,00	28.281,14	0,00	28.281,14D
814	4.2.1.03.0025	MATERIAL PARA USO E CONSUMO	0,00	27.059,15	50,80	27.008,35D
373	4.2.1.03.0026	DESPESAS COM SISTEMA FRANQUIA	0,00	3.092,09	0,00	3.092,09D
309	4.2.1.03.0027	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	0,00	27.475,47	0,00	27.475,47D
390	4.2.1.03.0037	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	0,00	164,42	0,00	164,42D
391	4.2.1.03.0038	BRINDES	0,00	800,00	0,00	800,00D
345	4.2.1.07	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.235,53	0,00	1.235,53D
346	4.2.1.07.0001	IMPOSTOS E TAXAS FEDERAIS	0,00	200,00	0,00	200,00D
347	4.2.1.07.0002	IMPOSTOS E TAXAS ESTADUAIS	0,00	324,79	0,00	324,79D
348	4.2.1.07.0003	IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS	0,00	277,30	0,00	277,30D
351	4.2.1.07.0006	IPTU	0,00	433,44	0,00	433,44D
367	4.2.1.08	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	1.108,68	104,90	1.003,78D
370	4.2.1.08.0003	TARIFAS BANCARIAS	0,00	580,12	104,90	475,22D
372	4.2.1.08.0005	JUROS DE MORA	0,00	126,27	0,00	126,27D
352	4.2.1.08.0006	MULTAS DE MORA	0,00	402,29	0,00	402,29D
657	7	PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	0,00	14.956,79	0,00	14.956,79D
658	7.1	PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	0,00	14.956,79	0,00	14.956,79D
659	7.1.1	PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	0,00	14.956,79	0,00	14.956,79D
660	7.1.1.01	PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	0,00	14.956,79	0,00	14.956,79D
661	7.1.1.01.0001	PROVISÃO PARA IRPJ	0,00	9.347,99	0,00	9.347,99D
662	7.1.1.01.0002	PROVISÃO PARA CSLL	0,00	5.608,80	0,00	5.608,80D

RESUMO DO BALANCETE

ATIVO	0,00	2.201.960,73	1.733.608,08	468.352,65D
PASSIVO	0,00	642.353,69	1.514.195,53	871.841,84C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00C
CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	21.565,96	249.790,57	228.224,61C
CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS	0,00	623.202,82	6.445,81	616.757,01D
CONTAS DE APURAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	0,00	14.956,79	0,00	14.956,79D
CONTAS DEVEDORAS	0,00	2.840.120,34	1.740.053,89	1.100.066,45D
CONTAS CREDORAS	0,00	663.919,65	2.463.986,10	1.800.066,45C
RESULTADO DO MES	0,00	631.713,80	228.224,61	403.489,19D
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	631.713,80	228.224,61	403.489,19D

3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO O TEMPO

3.3.1 GERENCIANDO O TEMPO

1. Introdução ao conceito de gestão do tempo

De acordo com o sociólogo Norbert Elias (1998) existem muitas maneiras para definir o tempo, dar sentido e orientar o que conhecemos sobre ele, em nosso caso, conceituaremos em uma visão sociológica.

O tempo é indispensável para a vida humana, ele está constantemente vinculado em diversas áreas – no tempo verbal da nossa fala, nos horários estabelecidos nos compromissos, desta maneira . Por isso, com base nos pensamentos de Norbert Elias, veremos duas tendências sobre o tempo: a objetiva e a subjetiva, estando a objetiva ligada a algo real e concreto como calendário, cronômetro, estações do ano ou clima, e a subjetiva está para interpretações individuais e filosóficas.

Sabendo que o tempo é um recurso limitado e escasso, devemos aplicar a gestão de tempo para alcançar seus objetivos de forma mais eficiente. Isso quer dizer que as 24 horas do dia, precisam ser usadas da forma mais proveitosa e, assim, colaborar com o seu sucesso, podemos dividi-lo para alcançar sucesso nas relações, produção de bens e serviços e tempo para seus interesses individuais.

A verdade é que cada um administra o seu próprio tempo, ou seja, gerir no tempo é justamente o processo de planejar, controlar e executar ações conhecendo a quantidade de tempo que leva para fazer cada uma das suas atividades do dia.

Praticar o gerenciamento do tempo é usá-lo da melhor forma possível, sendo mais produtivo, é conseguir elevada qualidade em suas entregas, sendo eficiente e não se distrair com tarefas de baixo impacto no seu objetivo, sendo muito mais efetivo.

De forma bem prática, ao planejar todas as suas atividades do dia, distribuí-las ao longo das 24h, considerando a quantidade de tempo que será demandada por cada um delas, será possível ter a dimensão exata da utilização do recurso tempo, a partir

deste exercício podemos identificar quais atividades precisam de maior dedicação e quais precisam de menos.

2. Reflexão sobre o valor do tempo e como utilizar o tempo de forma eficaz e eficiente

Conforme verificado no item anterior, o tempo é um recurso escasso e limitado, portanto, agir de maneira responsável, consciente e direcionada, no tempo que investir esforços, será compreendido como uma valorização do tempo.

Ao contrário do que se pensa, valorizar o tempo não é apenas fazer o que se gosta, valorizar o tempo é encontrar no equilíbrio dos seus interesses (pessoais e profissionais), maneiras de otimizar suas atividades, a isso chamamos de produtividade.

De forma prática, devemos identificar nossas deficiências, distrações e até as interrupções, além disso, ao potencializar nossas qualidades reconhecendo nosso diferencial, aumentaremos a nossa produtividade. Negligenciar essa parte importante do gerenciamento do tempo, coloca em risco o sucesso das suas metas.

Neste sentido, podemos destacar a eficácia no uso de algumas ferramentas que auxiliam no gerenciamento do tempo entre elas estão:

- Criação de cronogramas e agendas
- Listagem de eventos ou atividades
- Aplicativos eletrônicos
- Matriz de Gravidade, Urgência e Tendência
- Técnica Kanban

3. Estabelecimento de relações entre planejamento, organização e prioridade

É certo que utilizar o tempo de forma inteligente, planejada, ter objetivos é parte essencial para alcançar o potencial de sucesso, evitando também uma enorme perda de tempo e energia.

Estudando a importância do tema planejamento, observamos que ele é a chave para a tomada de decisões, é nele que todas as ações estão mapeadas, auxiliando no estabelecimento de metas e no desdobramento das ações, neste sentido, seu planejamento mostrará quais compromissos poderão ser assumidos e quais devem ser reprogramados.

Dentro da construção do planejamento, as definições das ações prioritárias, ou seja, mais valiosas, são indispensáveis. Para ajudar nessa definição, é importante verificar se aquela ação é essencial, se é útil, se ainda faz sentido para a realidade atual, desta maneira a visão das ações que reivindicam maior atenção ficará mais clara.

Devemos considerar que um bom planejamento, com destaque para as ações prioritárias, destacados acima, só é construído com organização e disciplina. Na prática, o conjunto de ações executadas de forma organizada, constante e disciplinada, contribuirá para que resultados mais rápidos sejam alcançados, além de incorporar uma mudança comportamental imediata.

Citamos abaixo alguns comportamentos esperados para este tipo de necessidade.

- Mantenha a comunicação constante.
- Ao aceitar uma tarefa, procure tratá-la o mais rápido possível.
- Analise criteriosamente as situações – seja preciso na identificação do problema.
- Antecipar-se ao problema
- Procure ajuda sempre que sentir dificuldade
- Seja aberto a mudanças.

4. Verificações e pontos de checagem do planejamento para a gestão do tempo

Vamos abordar agora alguns pontos essenciais para se manter no plano e na gestão do tempo.

Tecnologias: Atualmente, com o avanço da tecnologia, o gerenciamento do tempo tornou-se ainda mais importante e desafiador. Estamos constantemente sendo

atualizados com novas informações e tecnologias, contatos novos, conexões e oportunidades, é imprescindível identificar quando toda essa oferta para a drenar e nos distrair, tirando nosso foco das ações relevantes ao objetivo, com tantas distrações, ser disciplinado em relação ao seu planejamento fará toda a diferença.

Princípios gerenciais: Para que a gestão do tempo possa ser aplicada de maneira consciente é necessário compreender seus princípios clássicos, sendo necessário aplicar o máximo de esforços possíveis e organizados nas ações consideradas prioritárias, urgentes e com distribuição de tempo dentro das horas disponíveis.

Delegação e controle: Considerando que nossa vida é caracterizada pela vivência em grupo, é importante buscar extrair da formação desses grupos performances altamente eficientes com a delegação e controle.

Um bom líder, saberá identificar e delegar às tarefas com maior ou menor complexidade, de acordo com as necessidades e características pessoais de cada indivíduo do grupo, saber delegar demonstra confiança na capacidade do outro. O controle por sua vez, já demonstra falta de confiança, por ser necessária uma vigilância constante.

3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Tendo em vista todos os aspectos observados, entendemos que saber gerir bem o tempo é uma competência muito relevante para sua vida pessoal e principalmente profissional, um contador, assume diversos compromissos em seu dia-a-dia, por isso não há espaço para desperdício de tempo, ineficiências ou distrações.

Sintetizamos aqui, algumas dicas valiosas do grupo, para ajudá-los nessa atividade.

- Saiba quanto tempo cada atividade demanda, planeje-se com antecedência agendando suas tarefas

- Priorize o que for mais importante, as ações menos urgentes e/ou menos complexas, delegue, e para que elas não se percam, monitore-as definindo prazos para execução.
- Evite, sempre que possível atuar em multitarefas, planeje suas pausas, os momentos de descanso são imprescindíveis para equilibrar as energias e manter-se atuante. Fuja das distrações
- Encontre o seu horário de melhor desempenho, encaixe suas atividades nos momentos mais adequados do dia conforme seu ritmo circadiano.
- Não espere pela inspiração: Atue, não se apegue à perfeição – prefira a constância um pouco feito todos os dias, é melhor que nada feito.

Abaixo link com dicas do grupo sobre gerenciamento do tempo.

<https://youtu.be/mPGUjrA2ezw>

4. CONCLUSÃO

Os estudos realizados neste trabalho acadêmico nos ajudou a compreender como era abordado a contabilidade no passado e como sofreu uma grande mudança para melhora na utilização de dados e informações necessária para uma comprovação nos resultados de uma determinada empresa.

A contabilidade ao longo do tempo com suas mudanças deixou de ser apenas o registro de créditos e débitos passando a ser uma ferramenta de apoio às empresas, que através de lançamentos contábeis mostra um relatório de como a empresa se encontra com seguintes aspectos, como dívidas ou lucros que são passíveis para um crédito, para o empresário conseguir financiamentos e outros investimentos para ainda sim, mesmo que a empresa esteja bem no mercado e possa ter um capital ainda melhor.

Ainda sim podemos concluir que a contabilidade é um método bem complexo de ser realizado que exige muita responsabilidade de uma pessoa de preferência formada na área contábil que precisa ser capaz de realizar lançamentos através de software que são disponibilizados por diversas empresas, informações essas mensais e anuais que são passíveis de multa pelos governo federal e estadual.

Podemos concluir que a empresa ao qual abordamos através de suas escriturações contábeis está com um saldo no seu balanço patrimonial negativo.

No projeto de formação para vida, abordamos a gestão de tempo, algo de bastante importância para os dias de hoje para uma reflexão, nosso grupo composto de cinco pessoas que tem sua rotina de vida muito diferente uma da outra, conseguimos observar o quão difícil era de juntar para que realizasse um vídeo para que todos pudessem aparecer, mesmo com os recursos que temos em mãos, tivemos que contar com uma pessoa amiga de fora para que nos auxiliasse na edição do vídeo, mesmo com toda dificuldade cada integrante da equipe adequou seu tempo para que fosse gravado seu vídeo para realização no prazo estipulado.

REFERÊNCIAS

Consultas.Plus. Lista de Empresas. Disponível em:
 <<https://consultas.plus/lista-de-empresas/minas-gerais/pocos-de-caldas/4058051200019-9-lbp-clinica-odontologica-ltda/>> Acesso em 18 abr. 2022.

CPC 00 - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em
 <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>> Acesso em 14 abr. 2022.

HENDRICKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IPECAFI, IBRACON. *Estrutura conceitual básica da contabilidade*. São Paulo, 1986.

IUDICIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Teoria da Contabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

Leads 2b. CNPJ. Disponível em:
 <<https://consultacnpj.com/cnpj/lbp-clinica-odontologica-ltda--40580512000199>>
 Acesso em 18 abr. 2022.

PFC. In: Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.055, de 7 de outubro de 2005, cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências.

Transparência.cc. Disponível em:
 <<https://transparencia.cc/dados/cnpj/40580512000199-MG-lbp-clinica-odontologica-ltda/>> Acesso em 18 abr. 2022.